



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

- 1 Ata da 49ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada na FUNEC / Santa Fé do Sul, em
2 25/04/2016 às 09hs30min.

Relação dos membros do Plenário–Presentes	
ENTIDADE	NOME
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/Jales	Sílvio Beraldi
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP/ SP	Gilmar Rodrigues de Jesus
Escritório de Desenvolvimento Rural – EDR / Jales	Neli Antonia Meneghini Nogueira
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/BTG	Eli Carvalho Rosa
Prefeitura Municipal de Jales	P/P Pedro Manoel Callado Moraes
Prefeitura Municipal de Dirce Reis	Roberto Carlos Visoná
Prefeitura Municipal de Rubinéia	P/P Clevoci Cardoso da Silva
ECOAÇÃO – Associação Primavera de Defesa do Meio Ambiente e Ação Social	P/P Francisco Altimari Neto
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de mesquita Filho”	Jefferson Nascimento de Oliveira
APROPESC – Associação dos Piscicultores de Três Fronteiras e região	Marilsa Patrício Fernandes
Sindicato Rural – Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Adaulto Luiz Lopes
AERJ – Associação dos Engenheiros da Região de Jales	Paulo Roberto Carretero
Sindicato dos trabalhadores rurais de Jales	Wilson Gilberto Donda

- 3 Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril do ano de 2016, às 09h: 30 min., o Secretário
4 Executivo do CBH - SJD, engº Eli Carvalho Rosa, Diretor do DAEE de Jales, deu início à 49ª
5 Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, na
6 FUNEC, situada na Av. Mangará nº. 477 – Santa Fé do Sul/SP, onde cumprimentou e
7 convidou a todos para ocuparem seus respectivos assentos e convidou para fazer parte da
8 mesa, o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD. O secretário executivo, Eng.º Eli
9 Carvalho Rosa, informou à plenária que está previsto, para o começo do mês de maio, uma



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

10 reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH que contará com a presença do
11 Comitê. Outro evento previsto é o ENCOB e o Fórum Nacional de Comitês de Bacias, que
12 ocorrerá no mês de julho. Informou também que nesta Plenária ocorrerá a apresentação de
13 duas deliberações a serem discutidas e votadas, a primeira delas é o Estudo da
14 Fundamentação da Cobrança pelo uso da água na UGRHI 18, que se tudo correr bem deve
15 começar em janeiro de 2018, e a segunda deliberação é o resultado da reunião da Câmara
16 Técnica de Planejamento (CTPLAN), sobre prioridades de investimentos do FEHIDRO para o
17 ano de 2016. O secretário executivo passou então a palavra para o Presidente do CBH-SJD.
18 Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD e o mesmo deu seqüência na ordem do Edital
19 de convocação da Plenária, que todos tinham no material impresso e submeteu à plenária, a
20 Ata da 48ª Reunião do CBH-SJD, a qual foi dispensada sua leitura pelo representante da
21 Prefeitura Municipal de Jales, José Roberto Bóis, tendo em vista sua divulgação no site do
22 Comitê e no ato convocatório. Deliberação que *“Aprova proposta dos mecanismos e valores
23 para a cobrança pelos usos, urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado
24 de São Paulo, no âmbito da UGRHI-18, Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados”*,
25 Dr. Adaulto Luiz Lopes informou que a Eng.^a Eliana C. Mariano Nogarini, funcionária do
26 DAEE - Jales irá apresentar a Deliberação. A Eng.^a Eliana cumprimentou a todos e disse que
27 a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um assunto recorrente no CBH-SJD desde 2002,
28 quando a CTPLAN reconheceu a necessidade da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no
29 CBH-SJD. O CBH-SJD é o único Comitê que ainda não tem a Fundamentação da Cobrança
30 aprovada pelo CRH e é necessário avançar neste processo, aprovando em primeiro plano a
31 Fundamentação nesta Plenária. No ano passado, o Grupo Técnico de Estudos de Cobrança
32 da Água, se reuniu algumas vezes no intuito de aprimorar a Fundamentação e concluí-la.
33 Várias contribuições foram oferecidas, principalmente pela FIESP e SABESP e todas foram
34 atendidas. No dia 05 de fevereiro de 2016, foi a última reunião do Grupo, e após isso ainda
35 foram apresentadas mais considerações e foram todas atendidas, com exceção de uma
36 consideração da SABESP, em que foi solicitado fazer uma análise dos municípios que têm
37 área na UGRHI 18 e sede em outras UGRHIs e vice versa, e o Comitê não possui os dados
38 quanto a divisão de habitantes em cada UGRHI, mas estamos pensando em como
39 providenciar estes dados. No entanto, foi verificado que nas Fundamentações de todos os
40 outros Comitês isso não foi feito, porque é apenas uma estimativa, feita com o número de
41 habitantes de cada cidade e o seu consumo relativo. Então vamos enviar o trabalho para o
42 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, e se necessário iremos providenciar estes
43 dados. Todos os considerandos da Deliberação se referem à base legal da Fundamentação
44 da cobrança, que se tudo correr dentro dos conformes irá se iniciar em janeiro de 2018. Cabe
45 salientar que o Plenário aprova a Fundamentação da Cobrança no âmbito do Comitê, em
46 seguida necessita-se da aprovação pelo CRH, e os passos seguintes são a publicação do
47 Decreto Estadual, Ato Convocatório e por último, a emissão dos boletos. A Eng.^a Eliana C.M.
48 Nogarini pediu para que todos olhassem o artigo 2º da Deliberação, que todos tinham no
49 material impresso, onde tem os PUBs (Preço Unitário Básico), e explicou que o PUB é um
50 parâmetro (valor) que é inserido na fórmula da cobrança para calcular o valor que cada
51 usuário urbano ou industrial irá pagar. Teremos também a progressividade da cobrança, no 1º
52 ano em que a cobrança se iniciar, cada usuário irá pagar apenas 60% do valor estimado, no 2º
53 ano 75% e no 3º ano 100%. Essa progressividade se torna necessária, pois é uma forma dos
54 usuários se adequarem e organizarem a forma de pagamento. Foi explicado também que os
55 agricultores e os usuários de usos insignificantes de acordo com a Portaria do DAEE nº 2.292
56 vão estar isentos do pagamento da cobrança. O cálculo do valor total da cobrança será a
57 soma dos três tipos de usos, captação, consumo e o lançamento e foi explicado a fórmula
58 para calcular o valor cobrado e também como será feito a divisão dos recursos arrecadados.
59 Em seguida, Dr. Adaulto, presidente do Comitê, colocou a **Deliberação CBH-SJD nº 171/16**
60 **de 25/04/2016 - “Aprova proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos,**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

61 urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da
62 UGRHI-18, Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados”, em discussão e votação e a
63 mesma foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, o Eng.º José Roberto Bois apresentou a
64 segunda Deliberação que é sobre os valores dos projetos indicados para o FEHIDRO 2016, e
65 que esses projetos foram prioridades do Plano de Bacia e discutidos no âmbito da Câmara
66 Técnica. Explicou que do montante de dinheiro que veio para este Comitê, quando retirado
67 todos os valores dos empreendimentos que foram aprovados, sobrou um valor aproximado de
68 R\$ 800,00 (oitocentos reais), e salientou que a Câmara Técnica não teve problemas em
69 relação a análise e priorização dos projetos. O Eng.º Bois mostrou para os membros
70 presentes a tabela de pontuação dos empreendimentos aprovados e os que não foram
71 aprovados e suas justificativas. O montante total dos empreendimentos aprovados foi de R\$
72 1.542.167,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil e cento e sessenta e sete reais).
73 Neste momento, o Secretário Executivo, o Eng.º Eli Carvalho Rosa pediu a palavra e explicou
74 que na Fundamentação da Cobrança existe um item que mostra todos os investimentos deste
75 comitê, e ao longo desses anos se observou claramente que a maioria dos investimentos foi
76 em Prevenção e Defesa Contra erosão do Solo e o Assoreamentos dos Corpos d’água, e por
77 isso, no Plano de Bacia adotou-se, por esses próximos 4 (quatro) anos, fazer investimentos
78 em outras áreas. Explicou também que existem outras fontes de financiamento que se podem
79 buscar esse tipo de investimentos, exemplo CAT ou CODASP. Então, o Dr. Adaulto,
80 presidente do Comitê, colocou a deliberação em discussão e votação e a **Deliberação CBH-**
81 **SJD nº. 17216 de 25/04/2016** –“*Indica prioridades de investimento visando obtenção de*
82 *recursos junto ao FEHIDRO, exercício 2016 e dá outras providências.*”, foi aprovada por
83 unanimidade. Dr. Adaulto, presidente do Comitê, disse nesse momento que na próxima
84 Plenária colocará em votação, que como pontuação de projetos FEHIDRO, será considerado a
85 participação dos Prefeitos municipais nas Plenárias. Marilsa Patrício Fernandes,
86 representante da APROPESC, pediu a palavra e disse que a Piscicultura desenvolvida na
87 região está sofrendo com o roubo de tanques redes, o que tem causado prejuízo muito
88 grande. Mergulhadores ultrapassam as cordas que delimitam os limites, estendem redes em
89 aberturas feitas nos tanques, e roubam os peixes, e isso está acontecendo de forma muito
90 freqüente. A Zippy Alimentos, por exemplo, chegou em um ponto que não haviam mais peixes
91 para serem abatidos, e isto contribuiu para seu fechamento. Apesar de muitas conversas e
92 queixas, a Polícia Ambiental e Militar não tem estrutura para combater este tipo de crime.
93 Tudo o que os piscicultores têm está na água e diante desta atual crise econômica, a margem
94 de lucro por quilo de peixe é muito pequena, chegando a 9 ou 10%, e por isso não conseguem
95 suportar estes crimes. No último fim de semana, um piscicultor pediu para o invasor sair,
96 houve discussão e o individuo deu 5 tiros em direção ao piscicultor que teve que ir embora. A
97 perícia comprovou que os tiros foram realmente na direção do piscicultor e não para cima
98 conforme alegação do acusado. Agora, já existe o porte de arma rural, e as pisciculturas já
99 estão contratando segurança armada e, desta forma, pode ocorrer uma tragédia. Então, meu
100 pedido aqui hoje é que o Comitê formalize mais uma estância, no sentido da gente formalizar
101 documento, no sentido de estar alertando sobre isso, pois, os piscicultores pagam pela área
102 de concessão e são responsáveis por tudo o que acontecer naquela área, previsto no contrato
103 de concessão. Estou aqui falando e pedindo apoio do Comitê para se tomar alguma medida,
104 mas sabendo que é uma questão de convencimento, esclarecimento e educação para se
105 mudar toda essa situação. Sílvio Beraldi, representante da CETESB, disse que já ouviu dizer
106 que o destino final destes peixes são frigoríficos clandestinos da região, perguntou se alguém
107 tem conhecimento destes frigoríficos e diz que talvez a vigilância sanitária devesse verificar a
108 origem dos peixes em feiras, afinal, o pescador amador pode vender também, mas, o
109 problema é a grande quantidade, dando-se a impressão de que não é nada amador. Marilsa
110 acrescenta que nas feiras livres, o preço do peixe é muito inferior porque quem vende só tem
111 o trabalho de pegar, filetar e vender, mas não há fiscalização alguma. O órgão gestor é a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

112 prefeitura e ela tem outros interesses, mas o Promotor Público já está ciente da situação.
113 Nesse momento, Jefferson Nascimento de Oliveira, representante da UNESP, pediu a palavra,
114 cumprimentou a todos, e comunicou que estavam abertas as inscrições para o Mestrado
115 Profissional de Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. É um curso gratuito, as inscrições
116 estão abertas a partir de hoje e as provas serão em Julho. Serão 6 Universidades
117 participantes, as aulas serão oferecidas na sexta feira a tarde e sábado o dia todo durante 2
118 anos. No ano que vem, todos os alunos deverão ir a Brasília conhecer o sistema, a ANA e a
119 Secretaria de Recursos Hídricos e pediu que todos divulgassem o curso. A inscrição pode ser
120 feita pelo próprio site da UNESP, clicando em Pós Graduação e na aba PROFÁGUA. O Dr.
121 Adauto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD agradeceu a presença de todos e deu-se por
122 encerrada a **49ª Reunião Ordinária do CBH-SJD**.